

Densidades da Edição: A Concentração Espacial da Produção de Livros no Brasil e na Argentina¹

José de Souza Muniz Jr.²
Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

Este trabalho apresenta alguns avanços de uma pesquisa que se dedica a compreender comparativamente a formação dos espaços editoriais brasileiro e argentino. Neste artigo, detenho-me em um aspecto específico: a concentração espacial da edição de livros nos dois países. Para empreender essa discussão, caracterizo a formação de suas respectivas “capitais editoriais” (São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires). Analiso algumas implicações dessa geografia da edição à luz de certos condicionantes econômicos, políticos e sociais, e à contraluz do exemplo espanhol. Além disso, destaco alguns desafios metodológicos nesse tipo de estudo e algumas possibilidades para enfrentá-los.

Palavras-chave: livros; Brasil; Argentina; espacialidade.

Introdução

Uma nova editora está entrando firme no mercado, com um catálogo de primeira. É a 34 Letras, uma bem-humorada resposta carioca ao império das editoras paulistas nos meios universitários [...]

[...] a Editora 34 é o desdobramento lógico e pragmático do trabalho inovador de um dos melhores grupos de agitação cultural em atividade no Rio. (MARTINS, 1992a)

Foi nesse tom de celebração que, em 18 de maio de 1992, a redatora do *Jornal do Brasil* começou e encerrou o texto em que anuncia o surgimento de uma nova editora no Rio de Janeiro. Esse texto acompanhava uma nota (MARTINS, 1992b) publicada por ocasião de um evento promovido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) com palestras de Félix Guattari, Pierre Lévy e Paul Virilio. Outro evento, naquela mesma semana, reunia na Casa de Rui Barbosa nomes como Gianni Vattimo, Jean Baudrillard, Edgar Morin e novamente Guattari. Ambos os eventos tinham como tema central a relação entre homem e natureza, no contexto dos debates que precediam a realização da Eco-92, que seria realizada em junho e marcaria definitivamente os debates globais sobre meio ambiente e sustentabilidade, atraindo olhares do mundo todo para a “Cidade Maravilhosa”.

¹ Trabalho apresentado no V Colóquio Brasil-Argentina de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharel em Comunicação Social-Editoração e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Aluno de doutorado na mesma instituição, com estágio doutoral no Centro de História Intelectual da Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Argentina. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: jmunizjr@gmail.com

Os livros de estreia da Editora 34 eram justamente *O que é filosofia?*, de Deleuze e Guattari, e *Caosmose*, deste último, que aproveitaria sua passagem pela cidade para figurar nos lançamentos. E o entusiasmo da jornalista Marília Martins – também professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), instituição onde nasceu a revista *34 Letras*, embrião da nova casa editorial – com essa nova estreia no mercado editorial carioca é digno de atenção. De fato, embora o Rio de Janeiro contasse ainda com casas consagradas, como Nova Fronteira, Zahar, Civilização Brasileira e José Olympio, vinham principalmente de São Paulo os ares de renovação da edição em literatura, ensaio e humanidades, por meio de empreendimentos editoriais recentes mas já consolidados, como Companhia das Letras (1986-), Iluminuras (1987-) e Edusp (1962/1988-)³. O fato curioso é que a Editora 34 já nasceu com um pé em cada lado da ponte aérea. Por sinal, a tal “bem-humorada resposta carioca ao império das editoras paulistas” não tardaria muitos anos para trasladar-se definitivamente para São Paulo, cidade natal de Beatriz Bracher – uma das artífices centrais do novo empreendimento – e dos sócios que, posteriormente, se encarregariam de dar continuidade ao negócio.

Esse exemplo de “migração editorial” e a leitura que ele torna possível de certas discursividades – tal como esta do *Jornal do Brasil*, que serve aqui de epígrafe – parecem-me fornecer um “caso bom para se pensar” a dinâmica espacial dos mercados simbólicos. Em particular, ele dá algumas chaves interpretativas para o caso brasileiro, onde, em linhas gerais, a hegemonia editorial do Rio de Janeiro, antiga capital do Império e da República, vai sendo gradativamente desafiada por uma metrópole ascendente, São Paulo, sem, contudo, que esta se torne um polo inquestionável de concentração dos capitais desse setor produtivo. Nesse sentido, tem se mostrado frutífero o confronto com o caso da Argentina, país cuja capital, Buenos Aires, tem historicamente concentrado as energias sociais do espaço editorial. Ainda que, recentemente, o mercado de livros nesse país tenha apresentado sinais consistentes de desconcentração geográfica, a urbe portenha segue portando uma centralidade que nenhuma das outras grandes cidades argentinas tem se mostrado capaz de confrontar isoladamente.

Em trabalhos anteriores (MUNIZ, 2013a; 2013b; 2014), explorei alguns aspectos dessa concentração espacial no Brasil e na Argentina e algumas consequências desse fenômeno para a constituição e a consolidação da edição de livros nos dois países. Nesses trabalhos, a análise de certas variáveis qualitativas da organização institucional do setor deu

³ Embora a Edusp tenha sido criada no início da década de 1960, foi apenas em 1988 (sob a gestão do professor Alexandre Barbosa) que foi criado seu departamento editorial, momento a partir do qual a editora constituiu um catálogo próprio.

conta de mostrar, para o período contemporâneo, algumas diferenças importantes entre os dois países. No Brasil, Rio e São Paulo dividem o protagonismo em, pelo menos, três frentes: sedes dos principais grêmios setoriais de abrangência nacional (CBL em SP, SNEL no RJ, LIBRE com dupla sede); sedes das primeiras ofertas de formação de produtores editoriais (UFRJ, USP e Anhembi Morumbi); e sedes das maiores feiras de livros (Bienais). No caso argentino, para os mesmos fatores, Buenos Aires é o grande polo concentrador: sede da CAL e da CAP, da UBA e da Feria Internacional del Libro de Buenos Aires. Para diversas outras variáveis (grandes editoras, consagração, cobertura jornalística do mercado editorial etc.), os levantamentos feitos até o momento têm indicado resultados semelhantes.

No presente trabalho, dou continuidade a esse estudo, avançando na análise de alguns dados quantitativos e convocando o exemplo da Espanha como contraponto.

Os capitais e as capitais do livro

É nas cidades (Paris e Londres ocupam o centro) onde surgem e se expandem os fatos e cenários considerados típicos da Ilustração europeia: a emergência de um mercado do livro e de seu agente, o livreiro-editor; a ampliação do círculo dos consumidores de bens culturais, em particular dos leitores; o florescimento dos salões e dos cafés como âmbitos de sociabilidade intelectual, onde os plebeus de talento se cruzam com os aristocratas ilustrados e a conversação se mistura com a discussão (Habermas [1981a], 1996); a aparição dos periódicos como órgãos de comunicação das verdades e dos valores do pensamento iluminista. (ALTAMIRANO, 2008, p. 149, trad. minha).

Poucas atividades econômicas e simbólicas são tão constitutivamente urbanas quanto a produção editorial. Embora a gênese histórica do livro tal como o conhecemos hoje esteja associada a outras figurações, como o mosteiro medieval e a corte da nobreza, é na cidade moderna que ele viria a encontrar suas condições mais favoráveis de produção e de consumo. É dos contingentes letrados urbanos que as sociedades da Europa ocidental irão extrair tanto aqueles que viriam a tornar-se os primeiros impressores(-editores), livreiros(-editores) e editores, como aqueles que formarão seus relativamente heterogêneos públicos leitores. Tardiamente, na América Latina, também as grandes cidades vão emular o papel das metrópoles europeias e desempenhar esse papel de articulação da vida intelectual local e, não menos importante, de conexão com os debates intelectuais ocorridos alhures.

Em todo o mundo ocidental, é nas cidades – e, particularmente, em algumas grandes metrópoles – que irá se concentrar a maior parte das editoras, de seus organismos, associações formais e coletividades informais, dos órgãos responsáveis por sua consagração e visibilidade (prêmios, feiras, bienais, livrarias, lançamentos etc.), das ofertas de formação

de profissionais para o mercado editorial etc. Dito de outro modo, é ali onde se concentram os capitais (sociais, simbólicos, políticos, econômicos) que os agentes relacionados ao universo editorial tratam de obter, empregar, apostar, converter (ENGLISH, 2005) para instituir certas modalidades de presença nesse espaço social relativamente circunscrito de práticas e representações.

Pode-se dizer que a análise desse conjunto de variáveis é que permite identificar a existência de uma “capital editorial” como modalidade específica de “capital cultural”, tal como a define Christophe Charle: “um espaço urbano em que suficientes indícios convergentes permitem afirmar que ele é, numa dada época, um lugar de atração e de poder estruturante de um ou outro campo de produção simbólica (ou mesmo da maioria desses campos, para os centros mais importantes, como Paris, Londres, talvez Roma)” (CHARLE, s.d., p. 1, trad. minha). De forma geral, pode-se dizer que essa centralidade se expressa em dois níveis de observação – o das representações e o das práticas, tenham ou não um caráter institucional – e em distintas escalas de análise – local, nacional, internacional, transnacional, translocal. Exige, portanto, mobilizar tantas variáveis quanto forem possíveis para detectar as dinâmicas por meio das quais as hierarquias entre “centros” e “periferias” vão se constituindo e reconstituindo historicamente.

O confronto entre os casos brasileiro e argentino, pelo menos no que se refere às dinâmicas do espaço editorial, interessa sobretudo por duas diferenças que a análise permite identificar: (1) a do (forte) monocentrismo argentino em contraposição ao (fraco) bicentrismo brasileiro; (2) a relativa permanência do centralismo portenho em oposição a uma “dança dos centros” no caso brasileiro. Vejamos, a partir de algumas variáveis disponíveis, como essas diferenças se expressam.

Densidades da edição

As questões de Buenos Aires se convertem [...] em temas nacionais: a maior parte dos meios de todo o país difundem desde a temperatura até o estado do metrô portenhos, salvo o caso dos meios públicos nos últimos anos. Em contrapartida, o clima e os problemas de Mendoza ou Catamarca são questões locais e particulares. Os artistas triunfam em Buenos Aires e aqueles que falam da Capital falam sobre o país, enquanto que a literatura, a música e os intelectuais de outras regiões são considerados expressões provinciais que se referem a questões regionais. Trata-se de uma desigualdade que persiste. É parte de nosso imaginário, e nosso imaginário tem consequências muito reais. (GRIMSON, 2012, p. 121, trad. minha)

No que se refere às indústrias culturais como um todo, tanto na Argentina como no Brasil parece existir uma tensão fundamental: de um lado, o ponto em torno do qual orbita a

atividade do país todo – Buenos Aires e o eixo Rio de Janeiro-São Paulo –, que concentra as empresas e instituições culturais, bem como as instâncias de difusão e de consagração; de outro, o restante do país, regiões cada uma das quais com seus centros, que no entanto permanecem secundários em nível nacional.

No caso argentino, como assinala Alejandro Grimson (2012), o imaginário nacional que tende a associar a dicotomia capital/interior a contraposições do tipo modernidade/atraso, civilização/ barbárie e geral/particular tem como efeitos invisibilizar a produção cultural do restante do país e inviabilizar seu reconhecimento pleno. No caso brasileiro, a relativa invisibilização da produção cultural dos centros urbanos secundários e de seus interiores está também presente, mas soma-se a ela a tensão entre dois polos, Rio de Janeiro e São Paulo, que dividem esse protagonismo a pender mais para um lado, mais para o outro conforme se considerem distintos planos da vida cultural (as ciências humanas, as artes plásticas, o teatro, a televisão, o cinema etc.). Com isso não se pretende sublinhar uma rivalidade explícita entre as duas grandes metrópoles brasileiras, derivada de identidades regionais que se instituem em oposição uma à outra, mas uma tensão de fundo que, de muitas maneiras, organiza a vida cultural do país. Em distintos momentos da história do país e em diferentes domínios da atividade simbólica, elas vão desempenhar o papel de polos hegemônicos, concentrando instituições de produção e instâncias de consagração, atraindo produtores do restante do país, regulando os regimes de visibilidade e de representatividade em campos específicos e funcionando como porta-voz, antena ou catalisador de teorias sociais, registros estéticos, movimentos artísticos etc.

A existência de capitais culturais e, em particular, de capitais editoriais supõe uma espécie de hierarquia urbana que não necessariamente coincide com a hierarquia dos contingentes populacionais, nem com os raios de influência política e econômica. Contudo, mantém com esses aspectos uma ligação orgânica que não pode ser negligenciada. O caso do mercado editorial brasileiro fornece um exemplo interessante para entender esses nexos, dado que experimentou diversos processos de ascensão e decadência de centros urbanos.

Se no período colonial o florescimento da atividade intelectual nos distintos rincões da América Portuguesa se mostrou propenso às sortes de sucesso e declínio das atividades econômicas empreendidas, a consolidação do Rio de Janeiro como sede do Império Português, com a transferência da família real em 1808, e logo como capital do Império brasileiro em 1822, irá inaugurar um longo período de protagonismo carioca na cena intelectual brasileira. Em seu estudo sociobiográfico de escritores brasileiros atuantes entre

1870 e 1930, Machado Neto (1973, p. 63) afirma: “Se Paris era a grande atração exterior dos brasileiros cultos e apatacados, o Rio de Janeiro era o fascínio de todos os provincianos cujas condições de pecúnia ou de talento pudessem fundamentar a justa ambição de ver o seu nome luzir nas altas rodas mundanas ou nas *cottéries* literárias da Capital”. De acordo com o levantamento feito pelo autor, com base na trajetória de 60 intelectuais de proeminência naquele período, embora apenas 8 desses autores tivessem nascido na Corte, 40 deles viveram na capital do país e 30 deles morreram nessa mesma cidade, o que mostra percursos de vida orientados ao deslocamento das periferias em direção ao centro. Nesse mesmo estudo, não obstante, os números referentes ao local de publicação das obras mostram já o papel crescente de São Paulo como polo intelectual do país: embora quase a totalidade desses escritores tenham sido publicizados por editoras ou publicações sediadas no Rio de Janeiro, 23 deles foram publicados por órgãos paulistas, mesmo número dos que foram publicados nas províncias de origem (excluídos desse total os próprios paulistas).

O protagonismo carioca naquele momento não poderia ser automaticamente atribuído ao peso demográfico da capital na população total do país: a concentração de contingentes letrados e das instituições oficiais da intelectualidade brasileira, na esteira dos apoios oficiais do Estado, parece ser bem mais explicativa desse destaque. A partir da década de 1920, o crescimento vertiginoso da cidade de São Paulo, impulsadas num primeiro momento pela economia do café e logo pela industrialização, vão ser acompanhadas pela ampliação de suas pretensões a centro catalisador da cultura brasileira, estimulado por um poderoso mecenato privado de origem agrária ou industrial. Explica Neves:

Na primeira metade do século XX, São Paulo, diferentemente do Rio de Janeiro, era destituída de um sistema cultural baseado em instituições públicas e a sua incipiente vida artística e literária foi durante muito tempo privilégio de pequenos círculos de notáveis, animados por expoentes da elite paulistana. Esse cenário foi alterado na medida em que a cidade deixava seus ares provincianos para tornar-se uma metrópole moderna, processo para o qual foi decisiva a emergência de uma burguesia industrial, que contribuiu para o desenvolvimento de um campo cultural na cidade, em iniciativas que se ampliaram para toda a sociedade.

A autora identifica o período entre as décadas de 1920 e 1950 como momento-chave para compreender o novo papel da capital paulista no cenário nacional. A industrialização, o crescimento populacional e a emergência de uma abastada burguesia urbana foram fatores essenciais para a implantação de instituições que transformariam definitivamente a cidade: a Universidade de São Paulo; o Departamento de Cultura (com Mário de Andrade à frente); o Museu de Arte Moderna, o Teatro Brasileiro de Comédia e a I Bienal de Artes, iniciativas

auspiciadas pelo industrial Francisco Matarazzo Sobrinho; o Museu de Artes de São Paulo e a TV Tupi, fundados por Assis Chateaubriand. A esses projetos irão se somar o crescimento e a diversificação tanto da imprensa diária como da edição de livros.

Novas editoras surgem em São Paulo nesse período, ainda que o Rio de Janeiro siga tendo protagonismo, definido tanto pela consolidação de casas editoriais já existentes como pela criação de novos empreendimentos. Algumas estatísticas – apesar de dispersas, pouco sistemáticas e divididas por estado e não por cidade – dão conta de mostrar essa lenta evolução em um lapso de aproximadamente 75 anos. Com base em dados do *Anuário Brasileiro de Literatura*, Sergio Miceli (2001) registra, para o ano de 1937, que 60% dos livros editados no Brasil vinham da então capital federal, Rio de Janeiro⁴, ao passo que os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul respondiam por 20% e 10% dos títulos, respectivamente. Essas três unidades da federação eram responsáveis por 94% dos exemplares impressos no país naquele ano. Já para o ano de 1975, Hallewell (2005) mostra que o Estado do Rio de Janeiro respondia por 48,7% dos exemplares publicados no país, ao passo que sua contraparte paulista respondia por 26,5% deles. Por fim, para 2010, os números da base ISBN mostram um equilíbrio de forças completamente distinto entre RJ e SP: 17,4% e 30,5% dos agentes que registraram títulos na base, respectivamente. Essa evolução parece mostrar dois movimentos concomitantes: (1) a suplantação da produção fluminense pela paulista; e (2) a diminuição do peso do eixo Rio-São Paulo na produção editorial brasileira – pelo menos no que se refere à quantidade de títulos publicados.

Três ressalvas devem ser feitas a essas conclusões. A primeira delas diz respeito aos distintos resultados a que cada variável potencialmente analisada (número de títulos para 1937, número de exemplares para 1975, número de agentes com registro no ISBN para 2010 etc.) pode levar. Conclusões mais certeiras exigiriam mobilizar variáveis semelhantes para épocas distintas e, sempre que possível, relacionais distintas variáveis para o mesmo período (títulos, exemplares, agentes ISBN, faturamento, número de funcionários etc.). A segunda ressalva é que tais recenseamentos de produção editorial (presença em anuários, registro em órgãos oficiais etc.) tendem a sobre-representar os centros onde a edição de livros se encontra mais profissionalizada. Logo, tais resultados devem ser pensados não como retratos fiéis da realidade editorial do país num dado momento, mas duplamente como consequência e causa das relações desiguais estabelecidas entre distintos polos de

⁴ Vale notar que, naquele momento, a cidade do Rio de Janeiro constituía um Distrito Federal, portanto, uma unidade da federação autônoma com relação ao Estado do Rio de Janeiro, ao qual foi incorporado em 1975, depois de ter passado pela condição de Estado da Guanabara (1960-1975).

produção cultural. Por fim, a terceira ressalva deve-se a que tais estatísticas, recortadas por unidade da federação, não dão conta de mostrar as relações entre as distintas cidades do país. De toda maneira, é possível inferir que o destaque dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro esteja relacionado ao protagonismo de suas respectivas capitais (tomadas tanto isoladamente como em seu conjunto metropolitano).

Na Argentina, o protagonismo portenho tem longa data e se expressa de muitas maneiras. Desde, pelo menos, a passagem do século XIX ao XX, a capital tem concentrado as energias do espaço editorial argentino, conectando-o tanto às tendências europeias como ao ampliado mercado de língua espanhola. Tal como ocorreu em São Paulo, porém em maior proporção, os fluxos migratórios para Buenos Aires foram responsáveis pelo crescimento vertiginoso da cidade. A formação do mercado local de livros foi diretamente tributária da transladação de editores, escritores e intelectuais do mundo hispânico à urbe portenha, tanto nas primeiras ondas migratórias como nos exílios em decorrência da Guerra Civil Espanhola, do regime franquista e das ditaduras latino-americanas.

Ainda que se devam considerar certos problemas no que concerne à produção e à análise de dados quantitativos, a regularidade das séries temporais disponíveis e o recorte por cidades permite fazer inferências mais precisas sobre a territorialização do espaço editorial do país vizinho. Os primeiros números oficiais, após a criação do Registro Nacional de Propiedad Intelectual, dão mostras contundentes de uma concentração geográfica bastante pronunciada: em 1936 e 1937, respectivamente, 90,6% e 88,8% dos títulos registrados vinham da cidade de Buenos Aires. As cidades de Santa Fé, Rosário, Córdoba e La Plata, que apresentaram nesses anos os maiores números depois da capital, somaram juntas menos de uma centena de registros em ambas as medições, ao passo que os registros portenhos somam quase 1500 (cf. GARCÍA: 2000, p. 36-7). Na primeira série disponível, que vai destes primeiros anos até 1963⁵, a proporção de títulos publicados em Buenos Aires variou entre 80,8% e 95,9%. Na segunda série, que vai de 1975 a 1984, variou entre 85,5% e 90,8% (idem, ibidem, p. 94-5).

Ainda que siga sendo o grande central editorial do país, essa hegemonia parece vir diminuindo. Em 2010, vieram da capital argentina 49% dos títulos e 75% dos exemplares produzidos no país – disparidade que indica a predominância de menores tiragens no interior, se comparadas às da capital. Naquele mesmo ano, o número de instituições que

⁵ No período entre 1964 e 1974, os dados do Registro Nacional de Propiedad Intelectual não discriminam a origem geográfica dos títulos. Apenas recentemente esses dados voltaram a ser contabilizados e passaram a incluir no cálculo o número de exemplares e o número de instituições publicadoras.

editaram mais de 10 títulos era de 215 na cidade, contra 212 em todo o restante do país. O paulatino declínio do protagonismo portenho se faz notar principalmente no quadriênio final da década de 2000: entre 2007 e 2010, Buenos Aires passou de 39% a 29% do total de agentes que editaram livros na Argentina. Quedas proporcionais semelhantes podem ser verificadas com relação ao número de títulos editados e de exemplares produzidos; considerando-se os números absolutos, é possível inferir que esse fenômeno se deve bem mais a um crescimento da atividade editorial no interior (de 40,8% entre 2006 e 2010, considerando-se o número de títulos) do que ao pequeno decréscimo da produção na capital, verificado no mesmo período (GOBIERNO..., 2010).

Apesar disso, até este momento nenhuma das outras grandes cidades do país tem sido capaz de confrontar quando tomada isoladamente. Ainda que no conjunto elas possam representar uma parcela significativa da produção editorial argentina em termos quantitativos, a capital federal ainda representa um polo fortemente centralizador quando se consideram outras variáveis (instituições de divulgação e consagração, eventos, ofertas formativas etc.). Essa característica fica mais evidente quando contrastamos Argentina e Brasil: estados como Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul parecem representar polos editoriais de maior peso que as províncias de Córdoba ou Santa Fé, por exemplo, ainda que o eixo Rio–São Paulo siga predominante, à semelhança de Buenos Aires.

Efeitos de sub e sobrerrepresentação

Um caminho frutífero de análise é contrastar os números do mercado editorial com outras variáveis disponíveis. Em função das relações que permitem estabelecer entre as dinâmicas editorial e demográfica, a seguir encontram-se cotejados alguns dados expostos no item anterior e os dados censitários dos dois países (Tabelas 1.a e 1.b).

Para o caso brasileiro, foram contrastados os dados de Miceli (2001), Hallewell (2005) e da Base ISBN (para os anos de 1937, 1975 e 2010), respectivamente, com os números dos recenseamentos populacionais mais próximos dessas datas (1940, 1970 e 2010). Para o caso argentino, a regularidade dos dados da base ISBN permitiram contrastar seus números com quatro censos de mesma data: 1947, 1960, 1980 e 2010. Aqui, uma particularidade argentina deve ser destacada: dado que a população da Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) variou pouco nesse período⁶, contrastaram-se seus dados de

⁶ De 2.982.580 habitantes em 1947 a 2.891.082 em 2010. A Ciudad Autónoma de Buenos Aires, entidade política que corresponde à capital federal argentina, dispõe de um território relativamente pequeno, espremido entre o Río de la Plata e os municípios limítrofes, pertencentes à província de Buenos Aires. A urbanização e o povoamento da CABA efetivaram-

produção editorial também com a evolução populacional da região metropolitana portenha (Gran Buenos Aires, GBA) – que, portanto, expressa melhor o peso desse centro urbano no contingente populacional do país. Para isso, os dados do ISBN referem-se à CABA⁷.

Os resultados desse contraste estão nas linhas denominadas RPP (Relação Produção-População): os números aí indicados expressam o quociente entre a “proporção da produção local sobre a nacional” e a “proporção da população local sobre a nacional” (porcentagens expressas nas linhas acima). Ou seja, numa hipotética situação em que cada parte do país tivesse uma produção editorial condizente com sua expressão demográfica, esses números seriam iguais a 1. Números maiores que 1 indicam que a produção local de livros está, nesse sentido, sobrerrepresentada; números menores que 1 mostram sub-representação.

BRASIL			ARGENTINA		
	Estado RJ (%)	Estado SP (%)		CABA (%)	RMBA (%)
Títulos Anuário 1937	60,00	20,00	Títulos ISBN 1947	95,89	
Censo 1940	8,77	17,44	Censo 1947	18,76	28,65
RPP	6,84	1,15	RPP	5,11	3,35
Exemplares 1975	48,70	26,58	Títulos ISBN 1960	86,75	
Censo 1970	9,63	19,00	Censo 1960	14,82	33,67
RPP	5,06	1,40	RPP	5,85	2,58
Agentes ISBN 2010	17,44	30,52	Títulos ISBN 1980	89,91	
Censo 2010	8,17	21,48	Censo 1980	8,31	34,94
RPP	2,13	1,42	RPP	10,82	2,57
			Títulos ISBN 2010	42,74	
			Censo 2010	7,20	33,89
			RPP	5,94	1,26

Tabela 1.a e 1.b: Relação entre concentração demográfica e concentração editorial no Brasil e na Argentina: capitais editoriais (Estado de São Paulo, Estado do Rio de Janeiro e Grande Buenos Aires).

No Brasil, onde a concentração demográfica é pronunciada, mas bem menor que na Argentina, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro abrigam, juntos, 26,21% dos brasileiros em 1937 e 29,65% em 2010. Em contrapartida, a concentração editorial desse eixo diminui de 80% em 1937 para 47,96% em 2010 (considerando, no entanto, que os índices usados para cada ano diferem, o que pode produzir distorções). O ponto que merece destaque é o

se quase que completamente nos primeiros anos do século XX, de modo que os excedentes populacionais responsáveis pelo crescimento da metrópole portenha nos anos posteriores – hoje com aproximadamente 13 milhões de habitantes – concentram-se sobretudo nas municipalidades do chamado “conurbano bonaerense”.

⁷ Que, de todo modo, retém a maior parte da produção editorial da região metropolitana, de forma que a distorção entre os dados pode ser desprezada para os fins desta análise mais panorâmica.

do declínio fluminense: se no primeiro ano considerado na série – momento em que São Paulo ainda consolidava sua indústria editorial – o RPP do Rio de Janeiro é de 6,84, uma sobre-representação altíssima, em 2010 ele cai a 2,13. Já o RPP de São Paulo aumenta em ritmo menos intenso (de 1,15 para 1,42), indicando que a desconcentração editorial brasileira se deve, sobretudo, ao crescimento da produção editorial nos outros estados.

Na Argentina, os dados da dinâmica demográfica mostram que o crescimento da população da GBA, pelo menos desde a década de 1970, acompanhou uma tendência de crescimento da população do país como um todo. Já os dados de produção editorial evidenciam uma forte desconcentração territorial nos últimos 30 anos. Por isso, o RPP da metrópole portenha evolui de maneira tal que a sobre-representação da GBA diminui drasticamente. Nesse sentido, os panoramas brasileiro e argentino acabam por se aproximar: tanto o eixo RJ-SP (considerados os estados como um todo) quanto a Gran Buenos Aires respondem, atualmente, por aproximadamente metade da produção editorial nacional e por um terço da população de seus respectivos países. Ainda assim, o bicentralismo brasileiro permanece contrastando com o monocentrismo argentino⁸.

Nesse sentido, vale a pena comparar também o Brasil com a Espanha, onde Madri e Barcelona dividem o protagonismo da cena editorial nacional (Tabelas 2.a e 2.b, na página 12). Vejamos a relação edição-demografia para os dois países, com dados completos para cada uma de suas unidades políticas (26 estados e 1 Distrito Federal no Brasil; 17 comunidades autônomas mais as cidades autônomas de Ceuta e Melilla, na Espanha). No caso brasileiro, os dados usados são o de número de agentes que registraram ISBN em 2010 e o Censo do mesmo ano; no caso espanhol, os dados são os de número de títulos registrados no ISBN em 2013 e o Censo do mesmo ano.

No Brasil, das 27 unidades da federação, seis apresentam sobre-representação: Distrito Federal, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Não correspondem, portanto, às unidades com maior número de agentes que registraram ISBN naquele ano (lista que deveria incluir também Minas Gerais e Bahia). Vale notar que, curiosamente, os seis estados com quociente maior que 1 são, também, os que possuem os

⁸ De todo modo, é necessário considerar a relativa insuficiência da escala nacional para a análise dos fenômenos da vida editorial. Isso se aplica particularmente ao caso argentino, que se torna mais bem inteligível à luz das relações entre os países da órbita hispânica. Ao contrário do Brasil, que de maneira relativamente precoce se desvincula da órbita de influência do mercado cultural lusitano, na Argentina a produção de livros se viu e se vê fortemente condicionada pelos fluxos de pessoas, recursos, textos e produtos culturais dentro de sua área linguística, bem como pelas relações de complementaridade e competição entre seus principais centros produtores, irradiadores e consagradores (Buenos Aires, Cidade do México, Madri e Barcelona).

maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Ainda que não se possam estabelecer relações tão diretas entre as duas variáveis, é possível que tal coincidência esteja ancorada em dados de escolarização, urbanização e renda. Além disso, o caso anômalo do Distrito Federal (unidade que apresenta a maior sobrerrepresentação: 3,51) provavelmente está relacionado às publicações do governo federal e de suas autarquias sediadas em Brasília.

BRASIL

Unidade	% Ag. ISBN (2010)	% Pop. (2010)	RPP
Acre	0,28	0,38	0,75
Alagoas	0,54	1,66	0,32
Amazonas	0,79	1,80	0,44
Amapá	0,13	0,34	0,37
Bahia	3,49	7,33	0,47
Ceará	2,00	4,40	0,45
Distrito Federal	4,66	1,32	3,51
Espírito Santo	1,65	1,82	0,90
Goiás	1,82	3,14	0,57
Maranhão	0,79	3,45	0,22
Minas Gerais	9,43	10,31	0,91
M. Grosso do Sul	0,83	1,29	0,64
Mato Grosso	0,77	1,63	0,47
Pará	1,50	4,00	0,37
Paraíba	1,08	2,02	0,53
Pernambuco	2,80	4,59	0,61
Piauí	0,85	1,66	0,51
Paraná	6,69	5,52	1,21
Rio de Janeiro	17,44	8,17	2,13
Rio G. do Norte	1,22	1,68	0,72
Rondônia	0,21	0,82	0,25
Roraima	0,14	0,22	0,63
Rio G. do Sul	5,86	5,69	1,03
Santa Catarina	3,49	3,32	1,05
Sergipe	0,59	1,09	0,54
São Paulo	30,52	21,48	1,42
Tocantins	0,29	0,73	0,40

ESPAÑA

Unidade	% Títulos ISBN (2013)	% Pop. (2013)	RPP
Andalucía	10,79	17,90	0,60
Aragón	0,96	2,85	0,33
Asturias	0,73	2,26	0,32
Baleares	0,96	2,35	0,41
Canarias	1,19	4,49	0,26
Cantabria	0,41	1,25	0,33
Castilla y León	2,56	5,34	0,47
Castilla-La Mancha	0,74	4,45	0,16
Catalunha	29,68	16,02	1,85
Com. Valenciana	5,14	10,85	0,47
Extremadura	0,77	2,34	0,33
Galicia	2,79	5,86	0,47
Madrid, Com. de	38,01	13,78	2,75
Múrcia	0,78	3,12	0,25
Navarra	1,17	1,36	0,85
País Basco	2,89	4,65	0,62
Rioja	0,24	0,68	0,35
Ceuta y Melilla	0,10	0,35	0,29

Tabelas 2.a e 2.b – Relação entre concentração demográfica e concentração editorial no Brasil e na Espanha: unidades políticas.

Na Espanha, em contrapartida, apresentam sobrerrepresentação apenas a Catalunha e a Comunidad de Madri, que juntas correspondem a mais de dois terços do total nacional de títulos registrados no ISBN em 2013 (concentração, portanto, bem maior que a do eixo RJ-

SP, correspondendo à soma desses dois estados com MG e PR). Esse dado confirma o protagonismo de Barcelona e Madri como capitais editoriais espanholas, bem mais equilibradas entre si do que São Paulo e Rio de Janeiro. Esse “equilíbrio tenso”, no entanto, deve ser lido à luz da especificidade espanhola, onde a oposição Madri/Barcelona como metrópoles culturais está fortemente marcada por identidades regionais que são, também, identidades nacionais e linguísticas muito pronunciadas. Embora no Brasil o protagonismo esteja dividido (ou disputado) entre paulistas/paulistanos e fluminenses/cariocas, nunca é demais lembrar que ambas as metrópoles se situam no Sudeste do país e mantêm entre si a distância de uma ponte aérea (num país de dimensões continentais). Esse aspecto traz à tona novamente o caso argentino, onde, tal como no Brasil, persiste a oposição entre o que se faz nas capitais culturais, aglutinadoras dos capitais econômicos e simbólicos da cultura, e o que se faz nos rincões mais distantes de nossos extensos territórios – da Amazônia aos campos gaúchos, do Chaco à Patagônia.

Por isso mesmo, não parece casual que, tanto no Brasil como na Espanha (e provavelmente também na Argentina), as unidades mais sub-representadas correspondem àquelas mais pobres, menos urbanizadas ou com menos cidades de médio e grande porte. Trata-se de regiões que, tanto espacial como socialmente, apresentam as maiores distâncias com relação aos grandes centros. Importam não apenas livros, mas também revistas e jornais, ondas televisivas e radiofônicas, e sua produção própria dificilmente se descola das etiquetas de “regional” ou “local”. Correspondem, portanto, ao *interior* – curiosa definição que os “centros” aplicam às “periferias” ou às “margens” como se eles próprios não estivessem no *interior* no próprio território nacional⁹ e configurassem uma espécie de espaço de exceção. Tais metrópoles cosmopolitas se concebem como fronteiras heterotópicas que regulam os intercâmbios entre interior e exterior, nacional e estrangeiro – autorrepresentações que possuem efeitos tanto simbólicos como práticos, contribuindo para perpetuar a acumulação desproporcional de capitais nas capitais.

Considerações finais

O esforço de caracterizar a atividade editorial ali onde ela encontra condições mais propícias de desenvolvimento tem uma função heurística imporante. Um olhar mais atento aos contextos locais é capaz de mostrar uma espécie de “ilusão de ótica”: aquilo que se

⁹ Devo tal observação a um *insight* que a escritora e editora cubana Aida Bahr explicitou em sua participação no XXXIII Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos, no dia 27 de maio de 2015, em San Juan (Porto Rico).

costumou chamar “mercado editorial argentino” refere-se sobretudo à realidade portenha, e aquilo que denominamos “mercado editorial brasileiro” é basicamente o que se faz em São Paulo e no Rio de Janeiro. Não se trata de negar a centralidade dessas capitais editoriais, mas de considerar que tal protagonismo – que não é “dado”, e sim produzido historicamente –, quando não assumido pelo pesquisador, tende a atuar como efeito distorcedor. Ou, o que é ainda pior, serve como estratégia para ocultar outras realidades ou para considerá-las intrinsecamente periféricas, como se tais hierarquias não fossem um dado relacional (de relação com os centros), variável no tempo.

A limitação das análises aqui esboçadas deve-se, sobretudo, à precariedade das informações disponíveis. Dados mais abundantes e sistemáticos tornariam mais acuradas as análises sobre a concentração geográfica da produção editorial (e das indústrias culturais como um todo). Vale mencionar, nesse sentido, o estudo de Monmonier e Schnell (1992) sobre as tendências da concentração regional da indústria editorial norte-americana entre 1963 e 1987. Os autores beneficiaram-se diretamente dos extensivos dados de produção industrial dos Estados Unidos nesse período, que davam conta de caracterizar a indústria editorial de cada estado (e mesmo das cidades) em termos de número de empresas, quantidade de pessoas empregadas e valor agregado – dados que se referem, portanto, à indústria editorial como setor da economia. Cruzados com dados específicos da produção de livros (número de agentes ISBN, de títulos registrados, tiragens e exemplares, por exemplo), essas variáveis poderiam fornecer retratos mais bem-acabados de nossas indústrias editoriais e de sua concentração geográfica, permitindo realizar diagnósticos mais precisos, que, eventualmente, poderiam ser usados na formulação de políticas públicas.

À baixa qualidade dos dados produzidos sobre/por esse setor, soma-se outro desafio: o uso de diferentes critérios nas pesquisas conduzidas em cada país dificulta a realização de comparações e contrastes entre eles. Esforços como os da CERLALC (Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe), que tem publicado relatórios sobre a situação do livro e da leitura na região, esbarram na disparidade dos dados produzidos pelos países. Um caminho possível seria estabelecer consensos entre as entidades responsáveis pela produção desses dados e padronizar os procedimentos de pesquisa, permitindo um confronto mais acurado. Outro desafio é o acesso aos dados da Base ISBN de cada país, que em cada caso está sob responsabilidade de entidades jurídicas muito distintas¹⁰.

¹⁰ No caso da Argentina, a agência que controla a emissão do ISBN no país é a Cámara Argentina del Libro, que implementou uma base de pesquisa bastante detalhada, que permite buscas diversas. No caso do Brasil,

Mais do que fornecer resultados definitivos, o objetivo deste trabalho foi discutir as possibilidades (e dificuldades) para compreender em viés comparativo a formação de nossos mercados editoriais e a história de sua distribuição geográfica, contribuindo para desnaturalizar as múltiplas fronteiras (barreiras físicas e simbólicas) com as quais temos definido historicamente nossas semelhanças e diferenças.

Referências bibliográficas e fontes de pesquisa

- ALTAMIRANO, Carlos. Intelectuales. In: _____ (dir.). **Términos críticos de sociología de la cultura**. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- CHARLE, Christophe. **Paris capitale culturelle nationale, internationale, transnationale?** s.d. Disponível em: <https://www.academia.edu/8402322/Paris_capitale_culturelle_nationale_internationale_transnationale>. Acesso em: 26 maio 2015.
- ENGLISH, James F. **The economy of prestige**. Cambridge/Londres: Harvard U.P., 2005.
- GARCÍA, Eustasio A. Historia de la empresa editorial en Argentina – Siglo XX. In: BORDA, Juan Gustavo Cobo (Ed.). **Historia de las empresas editoriales de América Latina**. Bogotá: CERLALC, 2000. p 15-104.
- GOBIERNO de la Ciudad de Buenos Aires. **Anuario 2010 – Industrias Creativas de la Ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires: OIC, 2010. Disponível em: <<http://www.camaradellibro.com.ar/informes/PDF/AnuarioOIC2010.pdf>>. Acesso em 8 jun. 2015.
- GRIMSON, Alejandro. **Mitomanías argentinas: cómo hablamos de nosotros mismos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- HALLEWELL, Lawrence. **O livro no Brasil**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005.
- MACHADO NETO, Antônio Luís. **Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930**. São Paulo: Grijalbo/Ed.da Universidade de São Paulo, 1973.
- MARTINS, Marília. Uma nova editora entra no circuito. **Jornal do Brasil**, 18 maio 1992.
- _____. A filosofia se espalha pela cidade. **Jornal do Brasil**, 18 maio 1992.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONMONIER, Mark; SCHNELL, George A. Geographic concentration and regional trends in the book publishing industry, 1963–1987. **Publishing Research Quarterly**, vol. 8, n. 3, 1992, p. 62-71.
- MUNIZ JR., José de Souza. Um olhar comparativo para a história recente dos campos editoriais brasileiro e argentino: a edição de livros em Buenos Aires e no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. In: I Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición, 2012, La Plata, Argentina. **Actas del...**, 2013a. v. 1. p. 164-175. Disponível em: <http://coloquiolibroyedicion.fahce.unlp.edu.ar/actas/de_Souza/view>. Acesso em: 26 maio 2015.
- _____. Sociologia de um prêmio: novas coordenadas da consagração no campo editorial brasileiro (1991-2010). In: XXIX Congreso de la ALAS, 2013, Santiago, Chile. **Acta Científica...**, 2013b. v. 1. p. 1-11. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT32/GT32_DeSouzaMuniz.pdf>. Acesso em: 26 maio 2015.
- _____. Intelectuais do livro: espaços de formação e autorreflexão do espaço editorial no Brasil e na Argentina. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu. **Anais do...**, 2014. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1791-1.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.
- NEVES, Juliana. São Paulo no segundo pós-guerra: imprensa, mercado editorial e o campo da cultura na cidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, n. 75, fev. 2011, p. 119-132.

quem controla essa emissão é a Biblioteca Nacional, e o acesso a esses dados mais completos demanda que as bases sejam disponibilizadas por força da Lei de Acesso à Informação.